

*Sábios ou
sabidos?*

O DA COMP NA UNIVE

Wolfgang Léo Maar

A publicação de *Universidade em Ritmo de Barbárie*, do professor Giannotti, é uma boa oportunidade para se colocar em dia o debate em torno da competência nas universidades brasileiras.

De início, para evitar mal-entendidos, destaque-se que a competência, a qualidade da produção acadêmica de ensino e pesquisa devem ser consideradas da mais alta relevância nas instituições de ensino superior, e sua busca, mediante rigorosos processos de avaliação, deve constituir objetivo permanente das universidades. Ninguém, em sã consciência, seria contra tal afirmação — que pode até tranquilizar alguns, embora seja apenas uma proposta "em tese" que precisa ainda revelar sua efetividade.

Não há como negar que, na prática, a discussão acerca da competência enveredou nos últimos anos por vias que seriam bastante estranhas a um espectador desatento em relação às circunstâncias históricas mais próximas à política universitária, às instituições de ensino superior e às condições de trabalho intelectual entre nós. Assim, procurar-se-ia a todo custo uma contraposição entre "competência" e "democratização", entre "acadêmico" e "corporativo", sem qual-

quer sentido quando retirada de seu ambiente imediato.

Justamente por isto, é preciso *recuperar a história deste debate*, em que se defrontam "competência" e "democracia", relacionando-o com o trajeto das políticas governamentais no âmbito da modernização capitalista do país e suas conseqüências na universidade. As formas da produção científica, cultural, artística e da opinião pública no espaço público e privado, as transformações nas condições do trabalho intelectual e as implicações de ambos estes fatores no próprio produto intelectual acabarão por ter um papel de destaque nesta recuperação.

Num certo sentido, o próprio Giannotti aponta nesta direção. A primeira metade de seu livro é uma notável reflexão sobre o trabalho intelectual e seus problemas em uma formação social como a nossa. Mas, infelizmente, a ausência de recheio concreto, de determinação histórica específica, não permite ao leitor acompanhar de fato o percurso ocorrido efetivamente nas instituições de ensino superior nos últimos anos no Brasil. Desta forma, as medidas sugeridas na segunda parte do livro são pouco práticas e não

DEBATE COMPETÊNCIA UNIVERSIDADE

resultam numa política para o ensino superior e para o desenvolvimento de sua competência, constituindo-se antes num conjunto de correções isoladas de alguns erros denunciados com inteira propriedade. Os "males" que afetam a universidade em sua qualidade passam a ser encarados quase como decorrências de um "processo bárbaro de civilização" em geral, e não são atribuídos à conjuntura específica do país e da política universitária em particular.

I. Sabidos e burocratas

Assim, para exemplificar, os *sabidos* — falsos competentes que sabem se promover e obter financiamentos, para quem "cada idéia é um artigo, cada fala é uma conferência" — e os *burocratas* — que dominam os trâmites administrativos, ocupando postos e se apresentando como racionalização, "prestando assistência mútua, implementando políticas e puxando as sardinhas para seus lados" — são descritos magistralmente como inimigos da competência. Contudo, aparecem como desvios do que seria a "verdadeira natureza do trabalho intelectual". Não se

avança em relação às condições reais que fomentam e prestigiam estas duas "categorias" de docentes, reproduzindo-as continuamente nas instituições universitárias:

- as necessidades econômicas que levaram à *privatização interna*, no âmago da vida universitária, que privilegia uma competência meramente de mercado, rendida à lógica da acumulação — promoção, presença na opinião pública, obtenção de recursos etc. —, e não uma competência em moldes acadêmicos;
- as necessidades políticas do *discurso da competência*, sucedâneo simbólico da prática real, que constitui um dos cerne do regime que mais firmemente se mantiveram na chamada "nova república", matéria-prima ideal para o clientelismo, a corrupção e a mercantilização desenfreada enquanto se constitui em verdadeiro disfarce ideológico.

Estas seriam as conseqüências mais funestas da situação particular brasileira das instituições de ensino superior, delimitando um alvo preciso para uma ação no plano da política universitária e acadêmica claramente voltada à realização das condições de possibilidade da competência.

Para se chegar a esta conclusão, porém, é necessário acompanhar o processo de contenção de recursos públicos na política universitária que nos últimos vinte anos aviltou os salários e as condições de trabalho, provocando basicamente dois tipos de comportamento:

1. A busca desenfreada de recursos privados, usados para complementações salariais e melhoria das condições de ensino, pesquisa, através de fundações internas etc.
2. A competição por uma fatia gorda na escassez reinante dos recursos públicos pela utilização da competência como discurso meramente formal, cartão de acesso à distribuição de verbas.

Em consequência desta situação — que é o que hoje ocorre —, quem efetivamente se preocupa com a qualidade da produção acadêmica de ensino e pesquisa científica e cultural, na prática é obrigado a se aliar aos sabidos e burocratas para ter acesso e manter as condições de trabalho mínimas. É evidente que a prática de "sabidos e burocratas" se nutre das estruturas de poder excludentes, vigentes nas instituições, de forma que os interesses que se sustentam graças às atividades dos mesmos formam verdadeiros *lobbies* direcionados à manutenção do *status quo*. O qual, como lamenta o professor Giannotti, exclui do poder decisório os pesquisadores e professores sérios e competentes.

Neste sentido, o discurso que contrapõe "competência" e "democratização" visa sustentar com vínculos sólidos a relação entre cientistas e docentes, de um lado, e sabidos e burocratas, do outro. Afinal, esta via é a única forma de sobrevivência destes últimos verdadeiros carrapatos, tão desnecessários à vida acadêmica quanto são essencialmente testas-de-ferro de interesses privados numa instituição pública como a universidade. Frente a esta máfia de burocratas e sabidos, os docentes e pesquisadores têm uma história de divisões internas em que dois grupos assumem, ambos, posições corporativas, trocando entre si acusações de "assembleísmo" e "elitismo", evidentemente reforçadas pelos "lobbistas", cujo desempenho depende principalmente da ocultação de sua identidade própria.

É preciso reverter urgentemente este quadro criando condições para uma ação conjunta entre os competentes e os que ainda não o são mas querem sê-lo, para

definir e cobrar políticas voltadas à realização de condições efetivas de possibilidade de uma produção acadêmica, científica, cultural e intelectual de qualidade. Soluções possíveis, apenas, quando a luta por melhores salários andar de braços dados com a reivindicação de melhores avaliações de desempenho.

Os cientistas e intelectuais mais respeitadas estão revelando sensibilidade para esta proposta; o próprio livro do professor Giannotti deve ser interpretado neste sentido, como um avanço e um convite em direção ao trabalho conjunto.

Esta, aqui, pretende ser uma contribuição à aliança entre pesquisadores e docentes contra sabidos, burocratas e as condições que fertilizam sua reprodução, por parte de um simples aspirante à competência.

II. Os intelectuais assalariados

A questão "competência versus democratização" começou a ser posta a partir dos movimentos pelas eleições diretas de reitores e diretores, iniciados em 1978, sobretudo nas universidades federais e na PUC-SP. Esta mobilização se daria no bojo de um processo mais amplo, caracterizado basicamente pelas formas de organização do conjunto de professores enquanto *empregados assalariados* das instituições de ensino superior, e não mais como pesquisadores e profissionais liberais que empenham parte de seu tempo nas universidades. Neste processo apareceriam formas de luta eficazes — mais eficazes do que as associações científicas em determinadas situações —, centradas em torno de associações de docentes, e que logo passariam a ser usadas nacionalmente com bastante êxito. A reivindicação por condições de trabalho e salários passava necessariamente por uma crítica ao autoritarismo na política universitária e nas estruturas de mando institucionais, bem como à acelerada contenção de recursos públicos. As reivindicações sindicais para os docentes resultariam indissociáveis de propostas estruturais para as instituições: eleição de dirigentes, defesa de verbas públicas, crítica ao processo de privatização.

Assim, a mobilização salarial dos professores aparece ao mesmo tempo como *defesa da universidade*, rompendo mais de uma década de amplo descanso da sociedade civil brasileira em relação ao

ensino superior enquanto assunto prioritário à ciência e à cultura. A situação de apatia chegara a ponto de se caracterizar uma "universidade infeliz, pela qual se interessaria apenas sua própria comunidade", como afirmaria em reunião da ANPOCS uma competente docente do Museu Nacional da UFRJ, durante a greve dos 84 dias nas universidades federais, em 1984. Esta seria a mais longa paralisação nacional de uma categoria no país, comprovando o fôlego organizativo dos professores recém-conscientes de sua condição assalariada. Consciência que constituiria, a partir daí, o ponto de partida para a discussão da própria instituição, que passaria a se acelerar no âmbito das universidades. Basta lembrar que o último estudo sério dedicado à universidade, sua estrutura e seus objetivos, havia sido publicado em 1968: *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?*, de Florestan Fernandes.

Quebrado o desencanto mediante a organização dos professores, as iniciativas passariam a se multiplicar. O próprio Giannotti se tornaria um debatedor freqüente e contumaz, como, por exemplo, no "Seminário sobre a Reestruturação da Universidade", promovido pela ANDES, em 1982, e que resultaria no livro *O Poder e o Saber: o Público e o Privado*.

Não se trata, aqui, de oferecer um histórico dos movimentos docentes, e muito menos de argumentar numa hipotética disputa acerca de quem introduziu a preocupação pela qualidade no ensino superior. O que interessa é que a contraposição "competência versus democratização" precisa ser entendida a partir do fato de que a questão da universidade foi reintroduzida nas preocupações cotidianas da sociedade — com um peso inclusive maior do que nas associações científicas —, a partir das formas de organização dos docentes enquanto assalariados frente à estrutura universitária produzida pela ação do poder público. Em outros países — Europa, EUA — em que a universidade está mais integrada organicamente na sociedade, os movimentos dos docentes assalariados não produziram este impacto em termos estruturais e institucionais como a democratização, a crítica ao sistema privado etc. As peculiaridades de nossa história conduziram a uma particularidade brasileira: uma instituição revelando fôlego interno, dinamismo próprio para seu questionamento.

III. Poder acadêmico e poder sindical

Em face do exposto, apresentam-se duas ordens de problemas que precisam ser enfrentados simultaneamente.

De um lado, a confrontação entre o acadêmico e o processo de democratização e ação sindical deve ser encarada como *contribuição positiva* em qualquer hipótese, por corresponder a uma demanda real na universidade. Na medida em que se pensa em termos da divisão de trabalho intelectual-manual, aponta-se às necessidades específicas da produção universitária e às características das propostas sindicais. Neste sentido trata-se de *resgatar a questão da competência para um mesmo movimento com as formas da organização do trabalho assalariado, e das conseqüências disto no próprio produto intelectual, cultural, científico*.

O assalariamento do trabalho intelectual tenderá a se tornar exclusivo, com todas as implicações deste fato em termos de organização etc. Em face disto, é preciso examinar como este produtor moderno da "qualidade", da "competência", se relacionará em uma mesma pessoa com a figura tradicional e prestigiada do "doutor" — com todas as implicações desta referência —, sem que se elimine nem um nem outro.

Desta forma, será possível perceber não só a identidade entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, mas as particularidades de cada um e os problemas colocados pelo seu relacionamento mútuo numa determinada formação social. Uma das principais funções da universidade no processo de transformação social é, justamente, refletir sobre *a relação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual*. Este seria um papel revolucionário específico para esta instituição, que hoje já está vivenciando algumas formas de manifestação desta problemática, embora por vezes se recuse a reconhecê-lo.

Por outro lado, a contraposição entre "competência" e "democratização", que enxerga nesta última uma *ameaça* à primeira, admite duas interpretações. A primeira, a da *rejeição da democratização*, usa a referência à competência apenas como discurso, ao não apresentar qualquer medida dirigida à qualidade, insistindo apenas na denúncia de sua "perda". Na melhor das hipóteses, esta rejeição é de ordem nostálgica, refletindo a recusa

em aceitar todas as consequências da modernização capitalista — como a sociedade de massas que, evidentemente, não tem nada a ver necessariamente com "progresso" — num país periférico científica e culturalmente e no qual o trabalho intelectual se dava tradicionalmente à sombra do poder, seja ele público ou privado. Na pior das hipóteses — o caso mais freqüente —, trata-se de grupos encastelados em posições de mando ou de controle que se sentem ameaçados por alterações nas estruturas de poder e pela publicidade intrínseca aos processos democratizantes. A constituição destes grupos é variada: patrões, corruptos, sábios, burocratas, sábios, pesquisadores, docentes, funcionários etc.: o que os define não é tanto a composição, como a posição ocupada em função da defesa de interesses particulares na universidade. O exemplo mais claro desta situação era o do ex-reitor perpétuo da Universidade de Brasília, já afastado por um processo democrático. Hoje, já se tornou desnecessário reafirmar que a universidade não pode se tornar ou continuar a ser reduto do autoritarismo em nome do argumento de não ser reduto da incompetência. A questão mais importante, porém, diz respeito à segunda interpretação do argumento que atribui à democratização uma ameaça à qualidade. Trata-se de uma preocupação justa, corretamente orientada à *valorização da competência*, embora privilegiando sua relação em uma determinada direção e, por isto mesmo, isolando-a de todo um complexo amplo em que aparece como parte de um todo requerendo respostas simultâneas em vários níveis. A vinculação à democratização aparece à força de referência histórica, ao momento em que a questão tomou fôlego, e mesmo assim analisada apressadamente. Já foi dito que a democratização apareceu num quadro de resposta a uma política universitária marcada pelo autoritarismo e pela contenção de recursos, política esta que é a grande responsável pela universidade que está aí, inclusive sua "perda de qualidade". É claro que esta política foi também interiorizada muitas vezes no comportamento de docentes, funcionários e alunos — como nos casos de perseguição política, corrupção acobertada, cassação de professores etc. —, mas seguramente não sob as formas de organização nascidas explicitamente com o objetivo de se opor a esta política.

Neste sentido, aparece como ingênua uma proposta — como a sugerida por Giannotti — pela qual se reservaria o espaço próprio às necessidades da produção competente num "poder acadêmico" distinto de um "poder sindical", como se este último pudesse se encarregar de lavar daquele as impurezas, especialmente as trazidas pelos interesses corporativos dos empregados assalariados, que é como se vestem os "sábios" em momentos de crise econômica. Qualquer exame mais acurado permitirá descobrir — ao contrário dos pressupostos desta proposta — a profundidade inesperada da penetração da política universitária de contenção, privatização, burocratização e de seu corolário, a deterioração da qualidade, no interior da universidade em seu espaço mais "próprio", a chamada vida acadêmica: colegiados, administração, departamentos, contratação, promoção, avaliação, ensino, pesquisa, serviços etc.

Assim, o "poder sindical" torna-se um falso problema. A questão efetiva que está em causa é *democratizar o poder acadêmico sem que ele deixe de ser acadêmico*, arejando estruturas conservadoras que excluem cientistas e docentes favorecendo sábios e burocratas. A tarefa que precisa ser encarada é a de delimitar o "sábio" frente ao sabido e ao burocrata, e não frente ao docente e cientista enquanto empregados assalariados.

Por tudo o que foi exposto, a confluência das reivindicações dos docentes enquanto empregados assalariados e professores universitários é suficiente para tornar sem sentido a crítica de corporativismo à luta por melhores salários e condições de trabalho, exigências necessárias, embora não suficientes, para a realização da competência. O mesmo vale para as verbas de custeio, para a desburocratização e democratização das estruturas, para os critérios de avaliação, para a carreira docente, para a democratização do acesso etc. Colocar a competência como objetivo substantivo no plano de uma política universitária *significa agir no nível das raízes da questão*, das suas condições de possibilidade, de tal modo que a eficácia, a qualidade possam ser cobradas sem se incorrer num "udenismo" universitário que visaria, mais do que a solução dos problemas, fortalecer a dependência de certas instâncias de poder. Vide Jânio ou Maluf; ou melhor ainda, Azevedo. . .

IV. Competência e função social

Entretanto, apesar do acerto da necessária ação conjunta visando às possibilidades objetivas para a cobrança da qualidade na universidade, a inserção social da mesma numa formação social como a brasileira determina muito mais a prática do que parece ser o caso. A situação do país implica prioridades, e a discussão das prioridades torna-se objeto da política, assim como a própria política acaba determinando certas prioridades. Por exemplo: a questão salarial tornou-se uma prioridade para o movimento dos docentes, cuja solução implicou em dar prioridade também à questão dos recursos de custeio e à questão da carreira acadêmica, impedindo desta forma a realização da prioridade governamental de destinação privada para as verbas.

Prioridade maior, porém, cabe no caso da defesa da universidade numa sociedade como a brasileira. Os contornos das condições de possibilidade para a cobrança da competência na universidade são definidos pela inserção das instituições de ensino superior no país. O nível destas condições — os salários, as verbas — precisa ser defensável publicamente. Por exemplo: a pesquisa e o ensino em determinadas áreas, consideradas isoladamente, não precisa ter nenhuma finalidade além da produção de conhecimento e de seus produtores. A universidade como um todo, porém, precisa ser inserida num contexto de sua função social. Os recursos para determinados projetos podem ter origem e finalidades privadas; mas globalmente, no âmbito da universidade, precisam ser subordinados ao controle e à gestão públicos. É possível criar, no espaço departamental, até mesmo mecanismos de suplementação salarial com verbas ou recursos, mas no contexto da universidade se impõe uma política salarial e de carreira que seja sustentada por recursos públicos e que se responsabilize pelo funcionamento integral da instituição.

Por motivos desta ordem, uma universidade não é apenas o espaço de uma "unidade técnica de produção intelectual", embora o trabalho de pesquisa ou de ensino em setores individualizados possa sê-lo. Por isso, também, é complexa a relação entre a hierarquia do saber e a hierarquia do poder no espaço universitário. Tudo isto precisa ser pesado quando se pensa nas eleições diretas de reito-

res ou na composição paritária de colegiados tão diferenciados entre si, por exemplo, como um "conselho universitário" e um "conselho de ensino e pesquisa".

O professor Giannotti chama a atenção para a universidade como forma de sociabilidade, realçando este objetivo entre os demais: ensino, pesquisa, extensão. Esta, de fato, é uma das dimensões mais afetadas nestes últimos anos, e sua deterioração, seja nas instituições privadas que apenas "vendem" aulas, seja nas públicas que afastam e isolam os alunos, é uma das principais responsáveis pela decadência do movimento estudantil.

Mas esta dimensão de sociabilidade também tem muito a ver com os docentes, porque delimita um espaço de confronto entre duas lógicas possíveis. De um lado, a lógica da produção cultural, científica, artística, que caminha progressivamente para as concepções empresariais, num movimento em cujo outro extremo aparece o assalariamento do professor ou cientista. Do outro lado, a lógica da inserção social crítica da universidade numa formação social dependente, subjugada ao capital transnacional, mas em que se procura criar condições de libertação.

O capital procura, cada vez mais, ocupar este espaço da sociabilidade, procurando educar docentes e estudantes, deslumbrando-os com uma doutrina liberal competitiva aparentemente libertária e submetendo-os implacavelmente à lógica da acumulação, que não é a lógica do desenvolvimento. Nada mais estranho à lógica empresarial, do lucro final, da eficácia gerencial, do que estruturas democráticas. Por isto, a questão sindical pode até ser uma ameaça à estrutura empresarial da universidade; mas a *proposta de democratização poderia significar uma ameaça à universidade concebida como instrumento de reprodução da lógica do capital, da mercantilização e do consumismo*.

A questão da competência, da avaliação do trabalho acadêmico, precisa ser urgentemente cruzada com a questão da inserção e função social da universidade. Este é o maior dividendo da contraposição entre "competência" e "democratização". A face oculta do problema que dá vida à instituição.

Wolfgang Léo Maar é professor na Universidade Federal de São Carlos e autor de *O que é Política* (Editora Brasiliense).

Novos Estudos CEBRAP, São Paulo
n.º 16, pp. 32-37, dez. 86